

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 6.406

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o Prefeito DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° Fica reestruturado o **CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER**, como sendo órgão de caráter permanente, normativo, deliberativo, fiscalizador e consultivo das Políticas Públicas voltadas para o Esporte, Juventude e Lazer do Município de Mogi Mirim, sendo vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, tendo suas atribuições, competências, estrutura e funcionamento definidos nesta Lei.

Art. 2° Compete ao Conselho Municipal de Esporte,

Juventude e Lazer:

 I – acompanhar a programação anual do município para atividades de esporte, juventude e lazer, contribuindo na elaboração do Plano Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, zelando pela sua execução;

II - propor políticas municipais de Esporte, Juventude e

Lazer no âmbito municipal;

III – propor políticas municipais para o incentivo ao esporte

amador;

IV - atuar na formulação de estratégias para a política de

esporte, juventude e lazer no município;

V - propor prioridade para a aplicação dos recursos

financeiros destinados ao esporte;

VI – propor e definir critérios, junto a Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, para a concessão de subvenção, auxílio ou qualquer outro tipo de ajuda financeira municipal destinada ao esporte;

VII – apreciar e definir critérios para a celebração de contratos ou convênios com o Município e organizações da Sociedade Civil (OSC) ou privadas promotoras de eventos esportivos e de lazer, acompanhando e fiscalizando a execução orçamentária dos recursos, conforme a legislação vigente;

VIII - elaborar e aprovar seu regimento interno e suas

alterações;

IX – articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, voltados às atividades esportivas, de modo a assegurar o conhecimento da realidade esportiva e de lazer do município e o desenvolvimento equilibrado dos programas esportivos e de lazer existentes;



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

 X – incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais de esporte.

Art. 3° O Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer será paritário, composto de 16 (dezesseis) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 08 (oito) representantes do Poder Público e 08 (oito) representantes da Sociedade Civil, tendo a seguinte composição:

I – membros do Poder Público:

a) um representante da Secretaria de Esporte, Juventude e

Lazer;

- b) um representante da Secretaria de Educação;
- c) um representante da Secretaria de Assistência Social;
- d) um representante da Secretaria de Cultura e Turismo;
- e) um representante da Secretaria de Saúde;
- f) um representante da Secretaria de Segurança Pública;
- g) um representante da Secretaria de Mobilidade Urbana;
- h) um representante da Secretaria de Serviços Municipais.
- II membros da Sociedade Civil:
- a) um representante de Organizações da Sociedade Civil (OSC) vinculadas ao esporte, com sede no Município de Mogi Mirim;
  - b) um representante de Associações de Moradores;
- c) um representante das Associações ou Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atendam pessoas da terceira idade, com sede no Município de Mogi Mirim;
  - d) um representante dos Professores de Educação Física;
- e) um representante de escolas ou clubes particulares que desenvolvem atividades esportivas, com sede no Município de Mogi Mirim;
- f) um representante das Associações ou Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atendam pessoas com deficiência, com sede no Município de Mogi Mirim;
  - g) um representante das Academias Esportivas com sede no

Município de Mogi Mirim;

h) um representante das modalidades esportivas.

Art. 4º Os representantes do Poder Público serão de livre escolha do Prefeito, mediante indicação dos responsáveis diretos pelas Secretarias.





ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 5° Os representantes da Sociedade Civil serão escolhidos mediante indicação dos dirigentes das entidades ou responsável direto.

Art. 6º Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

Art. 7º As reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer acontecerão mensalmente e as reuniões extraordinárias, na forma determinada pelo seu Regimento Interno.

Art. 8º Os membros do Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer terão um mandato 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos aos quais foram nomeados e/ou indicados.

Art. 9° O Conselho reger-se-á, no que se refere aos seus membros, pelas seguintes disposições:

 I – o exercício da função de Conselheiro não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante;

 II – os membros poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável por sua indicação, apresentada ao Presidente do Conselho;

III – deverá ser substituído o Conselheiro que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a três reuniões extraordinárias devidamente convocadas.

IV-o prazo para justificar a ausência é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato.

V- os membros do Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer servidores públicos municipais terão suas ausências do setor onde trabalham abonadas, quando de sua participação nas reuniões deste colegiado.

Art. 10. A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Esportes, Juventude e Lazer de Mogi Mirim será composta da seguinte estrutura, escolhidos dentre seus membros:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1° Secretário (a);

IV - 2º Secretário (a).

A



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

§ 1º O Presidente do Conselho Municipal de Esportes, Juventude e Lazer, bem como seu Vice-Presidente, 1º Secretário (a) e 2º Secretário (a) serão escolhidos mediante votação dentre os seus membros por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e a Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais.

§ 2º O mandato da Diretoria Executiva será de 02 (dois) anos e será permitida uma única recondução dos membros.

Art. 11. Compete ao Presidente:

I - convocar as reuniões do Conselho, dando ciência a seus

membros;

II - organizar a ordem do dia das reuniões;

III - abrir, prorrogar, presidir, encerrar e suspender as

reuniões do Conselho;

 $IV-representar\ o\ Conselho\ ou\ delegar\ poderes\ aos\ seus$  membros para que façam essa representação;

V – coordenar os trabalhos durante as reuniões;

VI - propor ao Conselho alterações em seu Regimento

Interno;

VII – assinar as correspondências do Conselho Municipal de Esportes, Juventude e Lazer, os termos de abertura e encerramento do livro ata e de presença e rubricar todas as folhas:

VIII — convidar pessoas de notória especialização em assuntos ligados ao esporte e lazer para participarem das reuniões ordinárias e extraordinárias, quando o assunto a ser tratado em pauta for pertinente a estas.

Art. 12. Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente em seus impedimentos;

II – auxiliar o Presidente nos trabalhos.

Art. 13. Compete ao Secretário (a):

I – dirigir os serviços da secretaria;

II – receber toda correspondência dirigida ao Conselho
Municipal de Esportes, Juventude e Lazer, dando-lhe destino correto;

III - redigir e assinar as correspondências junto ao

Presidente;

♠ /



ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

IV - redigir, elaborar e ler as atas das reuniões e assembleias; V - cadastrar e manter atualizada a composição de conselheiros: VI – elaborar o relatório anual das atividades da Diretoria. Parágrafo único. Na ausência do 1º Secretário, o 2º Secretário assume suas funções. Art. 14. Ao Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer é facultado formar comissões provisórias ou permanentes, objetivando apresentar projetos e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas, que estarão disponíveis no Regimento Interno. Art. 15. O Conselho elaborará seu Regimento Interno, que terá vigência após publicação de Decreto do Prefeito Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias após a vigência desta Lei. Art. 16. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais no Orçamento Geral do Município, para atender as

despesas com a aplicação do Conselho Municipal de Esporte, Juventude e Lazer.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as Leis Municipais nº 5.666/2015 e

5.729/2015.

Prefeitura de Mogi Mirim, 10 de março de 2 022.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA

Prefeito Municipal

REGINA CÉLTA S. BIGHETI Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 193/2021 Autoria: Prefeito Municipal Gabinete do Prefeito

FOI PUBLICADA(O) em 161031

NO ORGAO OFICIAL DO MUNÍCIPIO

(JORNAL\_